

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do *Boletim Oficial* deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



सत्यमेव जयते

SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA

	YEARLY (Annual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series (As 3 series)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail —
Acréscer o porte quando remetido pelo correio

GOVERNMENT GAZETTE

BOLETIM OFICIAL

SUPPLEMENT

(SUPLEMENTO)

A seguir se publica a tradução, em português, da Lei de «Panchayats Aldeanos» de Goa, Damão e Dio, de 1962, publicada na 2.ª parte da I Secção da «Government of India Gazette Extraordinary» de 11-9-1962 e reproduzida para conhecimento geral em Suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 32, 1.ª série, de 21-9-1962:

LEI DE «PANCHAYATS ALDEANOS» DE GOA, DAMÃO E DIO, DE 1962

N.º 9 de 1962

Promulgada pelo Presidente no décimo terceiro ano da República da Índia.

A lei para o estabelecimento de «Panchayats» no «território de União» de Goa, Damão e Dio e para as matérias relacionadas com o mesmo.

No uso dos poderes conferidos pelo artigo 240.º da Constituição aprova ao Presidente promulgar a seguinte lei por ele elaborada.

CAPITULO I

Preliminares

1. (1) Esta lei será denominada Lei de Panchayats Aldeanos de Goa, Damão e Dio de 1962. Título sumariado e aplicabilidade.

(2) Aplica-se a mesma a todo o Território de União de Goa, Damão e Dio.

2. Nesta lei, se pelo contexto outra significação não se tornar evidente — Definições.

(a) «Edificação» no seu significado inclui a casa, serventias, estábulo, lavatório, latrina, barraca, cabana, parede (que não seja muro de limite com mais de 8 pés de altura) e qualquer outra estrutura de alvenaria, blocos, madeira, metal ou qualquer outro material. Mas não inclui qualquer estrutura temporária erigida por ocasião de cerimónias ou festas ou qualquer tenda;

(b) «Presidente» e «vice-Presidente» significam respectivamente o presidente e o vice-presidente de um Panchayat;

- (c) «Secretário-Chefe» significa o Secretário-Chefe da Administração de Goa, Damão e Diu;
- (d) «solo» inclui solo sobre o qual existe construção ou que esteja coberto de água;
- (e) «Governador-tenente» significa o Administrador do território de União de Goa, Damão e Diu;
- (f) «portaria» significa a portaria publicada no *Boletim Oficial*;
- (g) «Octroi» significa imposto a cobrar sobre as mercadorias entradas na área de um Panchayat para ali serem consumidas, usadas ou vendidas;
- (h) «Boletim Oficial» significa o *Boletim Oficial* de Goa, Damão e Diu;
- (i) «Panchayat» significa o «Panchayat» estabelecido nos termos do artigo 3.º;
- (j) «prescrito» quer dizer prescrito pelos preceitos formulados nos termos desta lei;
- (k) «estrada pública» quer dizer caminho, rua, estrada, praça, largo, viela, caminho para carros de bois, (caminho para carros de bois) caminho de pé posto sobre o qual o público tenha o direito de trânsito, quer seja estrada pública quer não, e inclui:
 - (i) o pavimento de qualquer ponte pública ou um caminho pavimentado;
 - (ii) a faixa para os peões adjunta a qualquer dessas estradas, ruas, pontes públicas e pavimentos;
 - (iii) as valetas adjacentes a qualquer dessas estradas, ruas, pontes públicas ou caminhos pavimentados e o solo que fica dum e doutro lado do caminho até o limite das propriedades adjacentes.
- (l) «lista» significa lista adjunta a esta lei.
- (m) «Imposto» inclui «imposto», «cess», «rate» ou outro imposto mas não inclui os emolumentos.
- (n) «período dum Panchayat» significa o período durante o qual os membros de um «Panchayat» exercerão as funções nos termos do artigo 21.º.
- (o) «aldeia» significa qualquer área local declarada como tal nos termos do artigo 3.º para os fins desta lei.

CAPITULO II

Gram Sabhas — Estabelecimento e constituição de Panchayats e suas eleições

Delegação das aldeias e o estabelecimento de «Panchayats».

3. (1) Após apuramento feito, à sua discreção, o Governador-tenente poderá, mediante portaria, declarar que qualquer área compreendendo uma ou mais aldeias ou uma parte delas ou ainda uma combinação de duas ou mais aldeias, constitui uma aldeia para os fins desta lei.

(2) Cada aldeia terá um «Panchayat» a contar da data que vier a ser marcada, pelo Governador-tenente, mediante portaria.

Gram Sabha.

4. Desde a data indicada no artigo 3.º, todas as pessoas cujos nomes tenham sido inscritos no caderno eleitoral de cada aldeia serão consideradas como fazendo parte de «Gram Sabha» daquela aldeia.

Reuniões da Gram Sabha.

5. (1) Em cada ano haverá pelo menos duas reuniões da «Gram Sabha» em datas, horas e local que vierem a ser determinados.

Quando pelo menos um quinto dos membros duma «Gram Sabha» formule o pedido por escrito, o presidente deverá convocar uma reunião extraordinária da «Gram Sabha» no prazo de trinta dias a contar desse pedido por escrito.

(2) O presidente ou, na sua ausência, o vice-presidente ou na ausência de ambos qualquer pessoa escolhida pela «Gram Sabha» presidirá.

(3) Décima parte do número total dos membros da «Gram Sabha» formará o «quorum» para a reunião.

6. (1) O «Panchayat» deverá submeter à aprovação da «Gram Sabha»:

A forma do trabalho na Assembleia Geral.

- (a) As contas anuais;
- (b) O relatório da administração do ano económico precedente;
- (c) O fomento e outros programas de trabalhos propostos para o corrente ano económico;
- (d) Propostas para fixação de novos impostos ou aumento dos existentes ou qualquer outro programa que não fique incluído nas alíneas a) e c) deste artigo; e
- (f) Propostas para organizar serviço comunitário, trabalho voluntário e mobilização do pessoal local para qualquer trabalho específico incluído no programa.

(2) A «Gram Sabha» poderá discutir todos ou quaisquer dos assuntos indicados no n.º 1.º deste artigo e o «Panchayat» tomará em consideração qualquer sugestão que venha a ser feita pela «Gram Sabha».

(3) A «Gram Sabha» exercerá as funções que lhe forem determinadas pelo Governador-tenente, mediante ordem genérica ou especificada.

7. (1) O «Panchayat» consistirá de número de membros fixados pelo Governador-tenente, de conformidade com o seguinte quadro, na medida do possível:

Constituição de «Panchayats».

QUADRO

Para um «Panchayat» com população de	Número de membros
(1) 1500 pessoas ou mais não excedendo 2500 pessoas	5
(2) Mais de 2500 pessoas mas não excedendo 3500 pessoas	7
(3) Mais de 3500	9

(2) Todos os membros de «Panchayat» serão eleitos, sujeitos aos preceitos dos n.ºs 3.º e 4.º

(3) Do número total dos membros do «Panchayat» pelo menos um deve ser do sexo feminino e consequentemente:

- (a) se houver somente um candidato do sexo feminino para a eleição, ele será declarado eleito.
- (b) Se houver mais de um candidato do sexo feminino para a eleição, aquele que dentre eles tiver o maior número de votos será declarado eleito.

(4) Não havendo candidato do sexo feminino para a eleição, os candidatos varões, devidamente eleitos ou considerados como devidamente eleitos nos termos do n.º 5, deverão escolher como membro uma mulher que tenha os requisitos para ser eleita como membro de um «Panchayat».

- (5) Se por quaisquer razões, não puder ser eleito o número de membros qualificados para exercerem os cargos, o Governador-tenente nomeará, logo que seja possível, dentre as pessoas que tenham os requisitos para serem eleitas, tantas pessoas quantas forem necessárias para perfazer o dito número. As pessoas que venham a ser nomeadas desta maneira, serão havidas como tendo sido devidamente eleitas.
- Personalização dos «Panchayats». 8. Cada «Panchayat», usando do nome especificado pelo Governador-tenente para esse efeito será uma pessoa colectiva, com sucessão perpétua, tendo direito a usar o seu selo. Sujeita às restrições e condições impostas por esta lei ou nos termos dela ele terá direito de adquirir, possuir, ou dispor de propriedades quer mobiliárias quer imobiliárias, e, bem assim de contratar e de demandar e ser demandado em juízo.
- Alteração da área da aldeia. 9. (1) O Governador-tenente pode, após a consulta com o «Panchayat» ou «Panchayats» interessados, em qualquer momento, mediante portaria, —
- (a) incluir qualquer área dentro dos limites duma, ou,
 - (b) excluir qualquer área dos limites duma, ou,
 - (c) declarar que qualquer aldeia deixou de existir em consequência da sua inclusão em outra aldeia ou em qualquer área do município ou outra área local.
- (2) Quando, por uma portaria publicada nos termos do n.º 1.º, qualquer área fique incluída dentro dos limites duma aldeia, a jurisdição do «Panchayat» estabelecido para aquela aldeia será extensiva à mesma área a qual ficará sujeita a todas as portarias, regras, regulamentos e ordens feitas nos termos desta lei ou de qualquer outra lei em vigor na mesma aldeia.
- (3) Quando por uma portaria publicada nos termos do n.º 1.º, qualquer área for excluída dos limites duma aldeia, a jurisdição do «Panchayat» estabelecido para a mesma área e todas as portarias, regras, regulamentos e ordens feitas nos termos desta lei ou de qualquer outra em vigor na mesma aldeia deixarão de se aplicar à mesma área.
- (4) Quando por uma portaria publicada nos termos do n.º 1.º uma aldeia deixe de existir, o «Panchayat» estabelecido para o mesmo será havido por dissolvido e o activo e o passivo do «Panchayat» serão liquidados de maneira prescrita.
- Eligibilidade para membro. 10. Não poderá ser eleito membro de um «Panchayat» a pessoa que não tenha o seu nome inscrito no recenseamento eleitoral da aldeia para o qual o mesmo «Panchayat» é estabelecido.
- Ineligibilidade para membro. 11. Será inábil para ser escolhido e bem assim para ser membro de um «Panchayat» aquele que —
- (a) não for cidadão da Índia; ou
 - (b) não tiver 25 anos de idade; ou
 - (c) exercer qualquer cargo remunerado sob o Governo Central ou qualquer dos Governos Estaduais ou «Panchayat» ou qualquer outra autarquia local; ou
 - (d) tenha sido demitido em 20 de Dezembro de 1961 ou após esta data, do serviço do Governo ou do de qualquer autarquia local por má conduta, sem que tenham decorrido 5 anos sobre a demissão; ou
 - (e) tenha directa ou indirectamente qualquer quinhão ou interesse monetário em qualquer

trabalho executado pelo «Panchayat» ou para o mesmo, ou, em qualquer contrato ou emprego com o «Panchayat» ou sob o mesmo, pelo mesmo ou ainda por conta do mesmo «Panchayat»; ou

- (f) seja insolvente não rehabilitado; ou
- (g) seja alienado, tendo sido declarado como tal por um tribunal competente; ou
- (h) sofra de lepra-infecciosa; ou
- (i) tenha sido condenado por um tribunal por qualquer crime de torpeza moral à prisão por não menos de seis meses e não tenham decorrido ainda 5 anos sobre a sua liberdade; ou
- (j) seja devedor, durante o período que venha a ser marcado, de quaisquer impostos ou outras somas devidas ao «Panchayat».

12. Qualquer questão sobre se um membro de um «Panchayat» fica sujeito a qualquer das inelegibilidades referidas no artigo 11.º, será resolvida pela autoridade prescrita e a sua decisão será havida por final.

Decisão sobre as questões de ineligibilidade.

13. (1) Toda a pessoa que for cidadão da Índia não tiver menos de 21 anos de idade na data prescrita e normalmente for residente numa aldeia terá direito de se inscrever como eleitor no recenseamento eleitoral da mesma aldeia.

Eleições e recenseamento eleitoral.

Porém, a pessoa que for alienada e tenha sido declarada como tal por um tribunal competente não terá esse direito.

Explicação: Dir-se-á que uma pessoa reside normalmente numa aldeia se tem vindo morando ali normalmente ou está ali na posse duma casa de morada pronta para ocupação.

(2) O recenseamento dos eleitores para uma aldeia será organizado em conformidade com as regras que para tal efeito forem formuladas pelo Governador-tenente.

14. Toda a pessoa cujo nome figura na ocasião, no recenseamento eleitoral duma aldeia como eleitor, terá direito de votar na eleição de um membro do «Panchayat» da mesma aldeia.

Direito de voto.

15. A eleição dos membros dum «Panchayat» será feita em conformidade com as regras que para tanto venham a ser elaboradas pelo Governador-tenente, em data ou datas que mediante portaria sejam fixadas:

Eleição de membro.

A vacatura ocasional será preenchida logo depois da sua ocorrência.

Porém, não haverá lugar a eleição caso a vacatura ocasional venha a ocorrer dentro dos três meses que precederem as eleições gerais para «Panchayat» nos termos deste artigo.

16. (1) Se vier a ser questionada a validade da eleição dum membro do «Panchayat» por qualquer pessoa com o direito de votar na eleição a que a mesma questão diz respeito, tal pessoa pode dentro de 15 dias a contar da data da declaração do resultado da eleição reclamar perante a autoridade prescrita e na forma que venha a ser prescrita, para a decisão da questão.

Disputa quanto à validade da eleição.

(2) Se, depois de se receber a reclamação mencionada no n.º 1.º e depois de feitas as averiguações que achar necessárias, a autoridade prescrita reconhecer

(a) que qualquer dos membros eleitos, à data da sua eleição, estava afectado por qualquer

das ineligibilidades especificadas no artigo 11.º, ou,

- (b) que alguma prática corrupta foi cometida por qualquer membro eleito ou por qualquer outra pessoa com conhecimento e consentimento do mesmo membro, ou,
- (c) que o resultado da eleição, no que se refere a um membro eleito, ficou materialmente afectado,
 - (i) devido à prática corrupta cometida no interesse do membro eleito por qualquer pessoa sem consentimento do mesmo membro, ou
 - (ii) devido ao não cumprimento dos preceitos desta lei ou de quaisquer leis ou ordens publicadas nos termos da mesma, a autoridade prescrita declarará nula a eleição daquele membro e esta decisão será final.

Nenhuma eleição do membro de «Panchayat» será declarada nula com o fundamento de que o mesmo membro cometeu uma prática corrupta, sem que ao dito membro seja dada oportunidade para contestar a acusação.

(3) Quando a autoridade prescrita declare nula a eleição de qualquer membro sob o fundamento de que ele cometeu uma prática corrupta, a autoridade prescrita poderá excluir o mesmo membro do exercício dos direitos eleitorais ou de ser membro de qualquer «Panchayat» por um período não excedente a 5 anos.

(4) Dir-se-á que uma pessoa cometeu uma prática corrupta, se ela com o objectivo de induzir qualquer eleitor a votar ou deixar de votar a favor de qualquer candidato oferecer ou der dinheiro ou qualquer coisa de valor ou fizer uma promessa de proveito pessoal ou ameaça de ofender corporalmente qualquer pessoa.

Novas eleições.

17. Se a autoridade prescrita declarar nula a eleição de qualquer membro, realizar-se-á nova eleição para a vacatura assim ocorrida em conformidade com os preceitos desta lei.

Incompetência dos Tribunais Comuns na matéria de eleições.

18. Nenhum Tribunal comum terá competência para discutir a legalidade de qualquer acção tomada ou de qualquer decisão dada pela autoridade prescrita no tocante à conduta das eleições nos termos desta lei.

Eleição do Presidente e Vice-Presidente.

19. (1) Na primeira reunião dum «Panchayat» a ser convocada na data fixada pelo Governador-tenente, os membros do «Panchayat» elegerão um dentre eles para presidente e outro para vice-presidente.

(2) Esta reunião será presidida por um funcionário designado para tanto pelo Governador-tenente mas que não terá direito ao voto.

(3) Nessa reunião não se tratará de nenhum outro assunto que não seja a eleição do presidente e vice-presidente.

(4) No caso de empate, o resultado da eleição será obtido por sorteio a ter lugar na presença do dito funcionário e da maneira como ele o determinar.

(5) No caso de haver disputa quanto à validade da eleição do presidente ou vice-presidente, a disputa será resolvida pela autoridade que for especificada por portaria pelo Governador-tenente e a decisão desta autoridade sobre a mesma disputa será final.

20. Os poderes executivos do «Panchayat» nos termos desta lei, e, a responsabilidade pelo adequado cumprimento dos deveres impostos ao «Panchayat» nos termos desta lei e pela execução das deliberações do «Panchayat» competirão ao presidente.

Presidente do executivo.

O presidente poderá por uma ordem delegar quaisquer dos seus poderes nos termos desta lei, ao vice-presidente mediante as restrições e condições que especificar na mesma ordem.

21. (1) Os membros dum «Panchayat» exercerão os seus cargos pelo período de 4 anos.

Período do exercício do Presidente e outros membros.

O Governador-tenente pode, por ordem dada por escrito e constatando as razões, prorrogar o dito período pelo tempo não excedente a 1 ano. Cada uma destas ordens será publicada no *Boletim Oficial*.

(2) O período do exercício dos membros terá início na data da primeira reunião do «Panchayat» que terá lugar na data fixada pelo Governador-tenente.

(3) O período do exercício dos membros do «Panchayat» cessante será considerado como prorrogado até o dia que preceder o dia da primeira reunião do novo «Panchayat».

(4) O presidente e o vice-presidente exercerão os seus cargos durante o período do «Panchayat» inclusive o período de prorrogação, se a houver.

O presidente cessante ainda depois de decorrido o seu período, continuará exercendo os deveres normais do seu cargo até que o novo presidente seja eleito e tome a entrega do seu cargo.

22. (1) Logo após a primeira reunião do «Panchayat» cada membro do mesmo deverá prestar juramento de bem exercer o cargo, segundo a fórmula constante da primeira lista, perante o funcionário que para tanto venha a ser nomeado pelo Governador-tenente.

Juramento.

(2) Nenhum membro que não tenha prestado esse juramento poderá votar ou tomar parte nos trâmites de qualquer reunião, nem sequer pode ele ser incluído como membro de qualquer comissão constituída pelo «Panchayat».

23. (1) Qualquer membro pode pedir exoneração do seu cargo, notificando, por escrito, o presidente, e os efeitos de tal exoneração contar-se-ão desde a data do recebimento do pedido pelo presidente.

Exoneração do cargo.

(2) O vice-presidente poderá pedir exoneração do seu cargo, notificando, por escrito, o presidente. Mas a exoneração não surtirá efeito sem que a mesma seja aceite pelo «Panchayat».

(3) O presidente pode pedir a sua exoneração, notificando por escrito, o Governador-tenente. Mas a exoneração não surtirá efeitos enquanto não seja aceite pelo mesmo.

24. (1) O voto de não-confiança contra o presidente ou vice-presidente poderá ser proposto por qualquer membro do «Panchayat» depois de dar o respectivo aviso na forma como venha a ser prescrito.

Voto de não-confiança.

(2) Se a maioria de não menos de dois terços do número total dos membros do «Panchayat» aprovar a proposta, o presidente ou o vice-presidente, conforme o caso deixará de exercer o respectivo cargo 3 dias depois da data em que a mesma proposta tenha sido aprovada, a não ser que antes disso tenha pedido a sua exoneração.

(3) Sem embargo do que estiver estatuído nesta lei, o presidente ou o vice-presidente não presidirão à sessão do «Panchayat» em que esteja sendo discu-

tida a proposta de voto de não confiança contra o mesmo. Mas ele terá o direito de fazer uso de palavra ou de outra maneira tomar parte nos trâmites da mesma sessão.

Remoção do cargo.

25. A autoridade que for nomeada por portaria pelo Governador-tenente poderá, depois de prévio aviso ao «Panchayat» e após as averiguações que entenda serem apropriadas, remover do cargo qualquer membro ou o presidente ou o vice-presidente de um «Panchayat» que tenha tido má conduta, ou tenha sido negligente no cumprimento dos deveres, ou tenham tido persistente desmazelo. O presidente ou o vice-presidente que venham a ser removidos desta maneira, não poderão ser re-eleitos durante a restante parte do período do «Panchayat».

(2) Qualquer pessoa que tenha sido removida do seu cargo pela autoridade mencionada no n.º 1.º deste artigo, terá direito de recorrer da respectiva ordem ao Governador-tenente o qual, depois de dar ao recorrente a oportunidade da audição, poderá modificar, revogar ou confirmar a ordem de remoção.

(3) A ordem de remoção dada pela autoridade referida no n.º 1.º não produzirá efeitos antes de expirar o prazo dentro do qual pode ser interposto o recurso nos termos do n.º 2.º

(4) A ordem dada pelo Governador-tenente em decisão do recurso será final.

(5) Quando um recurso tenha sido interposto nos termos do n.º 2.º, o Governador-tenente poderá suspender o cumprimento da ordem da autoridade mencionada no n.º 1.º até a decisão final do recurso.

Vacatura ocasional.

26. Qualquer vacatura ocasional de cargo de presidente ou vice-presidente será preenchida para o seu restante período mediante eleição nos termos dos preceitos desta lei.

Funcionários e serventuários do «Panchayat»

27. (1) O Governador-tenente nomeará um secretário para cada «Panchayat».

(2) O «Panchayat» poderá nomear outros funcionários empregados em número que de tempo em tempo se tornar necessário.

Ele não poderá criar nenhum lugar que não esteja já previsto no orçamento, excepto com prévia aprovação do Governador-tenente.

Reuniões do «Panchayat».

28. (1) A hora, o local das reuniões do «Panchayat» e as regras para o funcionamento das mesmas serão os que forem prescritos.

(2) Um membro do «Panchayat» poderá em qualquer reunião apresentar qualquer resolução e formular ao presidente ou ao vice-presidente quaisquer perguntas no tocante aos assuntos conexos com a administração do «Panchayat» na forma prescrita.

(3) Nenhuma deliberação do «Panchayat» poderá ser modificada, corrigida, alterada ou anulada pelo «Panchayat» dentro de 3 meses a contar da sua aprovação, a não ser mediante deliberação com voto favorável de dois terços do número total do «Panchayat».

Comissões.

29. (1) Sujeito aos preceitos regulamentares que para tanto vierem a ser prescritos, o «Panchayat» poderá nomear dentre os seus membros uma Comissão de Finanças, Administração e Assuntos Gerais, uma Comissão de Serviços Sociais, uma Comissão de Produção e outras comissões que forem consideradas para o efectivo desempenho dos seus deveres.

(2) O «Panchayat» poderá associar temporariamente a qualquer das suas Comissões uma ou duas pessoas que não sejam membros do «Panchayat»

mas tenham experiência e conhecimentos especiais dos assuntos de que a Comissão esteja tratando. Tais pessoas terão o direito de tomar parte nas discussões da respectiva Comissão mas não terão o direito de voto e não serão havidas como membros para nenhum outro fim.

30. Nenhum acto ou deliberação do «Panchayat» ou de qualquer das suas comissões será havida por nula só pelo facto de haver alguma vacatura ou defeito na constituição do «Panchayat» ou da Comissão ou por falta de qualquer formalidade nos seus trâmites.

Validade de deliberações.

CAPÍTULO III

Poderes, Deveres e Funções de um Panchayat

31. (1) Cada «Panchayat» deverá adentro das possibilidades do seu Fundo, fazer razoável provisão para os assuntos da sua competência especificados na segunda lista.

Deveres e funções.

(2) O «Panchayat» poderá também fazer provisão para executar na área da sua jurisdição qualquer outro trabalho ou medidas que possam melhorar a saúde, segurança, instrução, conforto, conveniência, ou o bem-estar social ou económico dos residentes na área.

32. O «Panchayat» terá contróle de todas as ruas, estradas, vias fluviais, pontes, pontões, situados na área da sua jurisdição que não sejam propriedade particular ou não estejam sob o contróle do Governo. Ele poderá fazer tudo o que seja necessário para a manutenção e reparação dos mesmos e, em especial, poderá

Estradas públicas e vias fluviais.

- (a) traçar e abrir novas estradas;
- (b) construir novas pontes e pontões;
- (c) alargar, abrir, ampliar ou de qualquer outra maneira melhorar qualquer rua, ponte ou pontão e plantar e conservar árvores ao lado dessas ruas;
- (d) aprofundar ou de outra maneira melhorar as vias fluviais sob o seu controle; e
- (e) cortar qualquer sebe ou ramo de qualquer árvore que propenda sobre qualquer rua ou estrada pública.

33. O Governador-tenente poderá confiar ao «Panchayat» a execução, manutenção ou reparação de qualquer trabalho ou a administração de qualquer autarquia local.

Transferência de qualquer trabalho ou instituição para o «Panchayat».

Os fundos necessários para a execução, manutenção ou preparação do trabalho ou para a administração da instituição serão postos à disposição do «Panchayat» pelo Governo ou pela autarquia local respectiva.

34. (1) Sujeito aos preceitos que vierem a ser formulados nos termos desta lei, o «Panchayat» poderá organizar um corpo de voluntários composto de varões hábeis residentes na aldeia, de idade de 21 a 40 anos, que desejem fazer parte do mesmo corpo e pôr esse corpo sob comando duma pessoa competente.

Corpo voluntário aldeano.

(2) Os serviços do corpo voluntário aldeano podem ser utilizados para os fins de vigia e guarda em geral e nos casos de emergência como fogo, inundações, epidemias ou qualquer outra calamidade natural.

(3) Nenhum membro do corpo será considerado responsável pelos prejuízos causados por qualquer acto seu, praticado de boa fé no desempenho dos seus deveres como membro do referido corpo.

Celebração de contratos.

35. Todo o contrato ou acordo celebrado por um «Panchayat» será reduzido a escrito e assinado pelo presidente ou na sua ausência pelo vice-presidente e por um dos outros membros do «Panchayat» devendo ser selado com o selo comum do «Panchayat».

CAPITULO IV

Finanças, Propriedade e Contas

Fundo de «Panchayat».

36. (1) Haverá um Fundo de «Panchayat» para cada «Panchayat», e o mesmo será utilizado para o cumprimento dos deveres e obrigações impostos ao «Panchayat» por esta lei.

(2) As seguintes receitas serão creditadas ao Fundo de «Panchayat» e farão parte do mesmo Fundo:

- (a) a receita de qualquer imposto ou emolumento fixado nos termos desta Lei ou a receita de qualquer outro imposto ou contribuição imposta nos termos de qualquer outra lei e transferida para o Fundo;
- (b) as contribuições feitas pelo Governo, por qualquer autarquia local ou por qualquer pessoa;
- (c) a receita de títulos caucionados em que o Fundo de «Panchayat» esteja investido;
- (d) todas as quantias recebidas a título de empréstimo ou donativo;
- (e) a receita ou renda das propriedades do «Panchayat»;
- (f) o produto da venda de lixo, restos, escremento e esgotos coligidos pelos serventúrios do «Panchayat»;
- (g) as quantias destinadas ao Fundo do «Panchayat» por qualquer ordem geral ou especial do Governo;
- (h) todas as quantias recebidas em ajuda de ou para a despesa de qualquer instituição ou serviço mantido ou financiado pelo Fundo de «Panchayat» ou administrado pelo «Panchayat».

(3) O dinheiro do Fundo de «Panchayat» será utilizado nos termos e para os fins desta Lei. Ele será guardado em depósito na forma como vier a ser prescrito.

Subsídios.

37. O Governador-tenente poderá, sujeito às condições que ele julgar apropriadas, conceder subsídios a um «Panchayat» para os seus fins genéricos, ou para o melhoramento da área que esteja adentro da sua jurisdição bem assim para o bem-estar dos seus habitantes.

Bens do «Panchayat».

38. (1) Todas as propriedades públicas situadas dentro da área de jurisdição de um «Panchayat» serão de posse e propriedade do «Panchayat», e estarão sob a sua direcção, administração e controle.

(2) Os mercados e as feiras ou a parte deles que tenham lugar no terreno público serão administrados e regulados pelo «Panchayat» e todas as taxas lançadas ou impostas e recebidas a respeito dos mesmos serão creditadas ao Fundo de «Panchayat».

Taxas que podem ser impostas.

39. (1) Sujeito às regras elaboradas nos termos desta Lei o «Panchayat» poderá impor:

- (a) um imposto sobre os proprietários ou ocupantes de edificações;
- (b) um imposto sobre os veículos que não sejam movidos mecânicamente, guardados na área do «Panchayat»;

- (c) um imposto de iluminação;
- (d) um imposto de esgoto;
- (e) um imposto de peregrinos;
- (f) um imposto sobre profissões, comércio, ocupações e empregos;
- (g) um imposto sobre diversões;
- (h) Octroi;
- (i) taxas pela venda de mercadorias nos mercados, pelas feiras e festas;
- (j) taxas pela pastagem do gado nos terrenos de pastagem sob a administração do «Panchayat»;
- (k) taxas pelos lugares de estacionamento de carros e dos outros lugares de estacionamento público;
- (l) taxas pela vigia e guarda das searas na aldeia; e
- (m) taxas de passagem de «ferry» público.

(2) Os impostos e os emolumentos mencionados no n.º 1.º serão impostos, lançados e cobrados pela maneira e nas épocas que venham a ser prescritas.

40. Qualquer pessoa agravada com o lançamento, fixação ou imposição de qualquer imposto ou emolumento poderá recorrer à autoridade prescrita dentro do prazo de 30 dias a contar da data da ordem em que o mesmo imposto ou emolumento for lançado.

Recurso contra o lançamento do imposto, etc.

41. O Governador-tenente pode, mediante portaria, suspender o lançamento ou imposição de qualquer imposto ou emolumento e da mesma maneira, em qualquer momento, poderá levantar a suspensão.

Suspensão de imposto ou emolumento.

42. O «Panchayat» poderá adjudicar, mediante hasta pública ou mediante contrato particular, a cobrança de quaisquer taxas sobre os mercados e bazares, se tal imposto estiver lançado nos termos do artigo 39.º desta Lei.

Adjudicação das taxas sobre mercados, etc.

43. (1) Quando qualquer imposto, taxa ou qualquer outra quantia devida a um «Panchayat» estiverem vencidos, o «Panchayat» com a menor demora possível, mandará avisar o respectivo contribuinte na forma prescrita, para o pagamento da importância que por ele for devida, solicitando que o mesmo pagamento seja efectuado no prazo de 30 dias a contar do dito aviso.

Cobrança de taxas e outras imposições devidas.

(2) O aviso mencionado no n.º 1.º será feito da maneira que vier a ser prescrita.

(3) Se a quantia mencionada no aviso para pagamento não for paga dentro do prazo de 30 dias a contar da data do mesmo aviso o «Panchayat» poderá solicitar da autoridade prescrita a sua cobrança como se se tratasse de contribuição predial em dívida.

44. Cada «Panchayat» manterá as suas contas de receita e despesa segundo o sistema que vier a ser prescrito.

Contas.

45. (1) O presidente preparará anualmente até à data ou na data prescrita, e, segundo o sistema que vier a ser prescrito, um projecto de orçamento de receita e despesa do «Panchayat» para o ano económico vindouro.

Orçamento anual da despesa.

(2) O «Panchayat» logo que possa, tomará em consideração o projecto do orçamento e aprovará o mesmo sem modificação, ou com as modificações ou alterações que achar necessárias.

(3) Um exemplar do projecto do orçamento será sem demora remetido à autoridade prescrita em data que não seja posterior a 1 de Março.

(4) O «Panchayat» não poderá fazer nenhuma despesa sem que a mesma esteja incluída no orçamento aprovado pelo «Panchayat».

(5) Um «Panchayat» pode, a qualquer momento, durante o ano cujo orçamento tenha sido aprovado mandar elaborar um orçamento revisto ou suplementar que será considerado e aprovado pelo «Panchayat» da mesma forma como o orçamento original.

Um exemplar do orçamento revisto ou suplementar será remetido à autoridade prescrita, dentro do prazo que for prescrito.

Julgamento das contas.

46. (1) As contas de cada «Panchayat» serão julgadas em cada ano, de forma como vier a ser determinado.

(2) O julgamento das contas será feito por um funcionário nomeado, para tanto, pelo Secretário-Chefe. O mesmo funcionário mandará, dentro de um mês depois de completar o julgamento, cópias do seu relatório ao Secretário-Chefe e ao «Panchayat».

(3) O Secretário-Chefe, depois de examinar o relatório e depois de proceder às averiguações que achar necessárias poderá recusar a sua aprovação a qualquer verba que lhe pareça ser contra a lei e carregar a mesma contra a pessoa que efectuou ou autorizou o pagamento ilegal; e

(a) Se essa pessoa for um membro do «Panchayat» mandará proceder contra o mesmo na maneira especificada nos n.ºs (2) e (3) do artigo 51.º, e

(b) Se a tal pessoa não for membro do «Panchayat», obterá da dita pessoa explicação sobre o mesmo pagamento, e, ordenar-lhe-á para pagar ao «Panchayat» num prazo marcado, o montante carregado contra ela. Se o montante não for pago dentro do prazo marcado, o Secretário-Chefe determinará que o mesmo seja cobrado como contribuição predial em dívida para ser creditado ao Fundo do «Panchayat».

(4) Qualquer pessoa agravada com qualquer ordem do Secretário-Chefe dada nos termos do n.º 3.º, poderá dentro de 30 dias a contar da mesma ordem, recorrer ao Governador-tenente cuja decisão sobre o recurso será final.

Relatório sobre a administração.

47. Cada «Panchayat» deverá prestar anualmente à autoridade prescrita um relatório sobre a administração do «Panchayat» no ano precedente.

(2) O relatório será preparado pelo presidente e depois de aprovado pelo «Panchayat» será remetido ao funcionário autorizado juntamente com uma cópia da deliberação do «Panchayat» sobre o mesmo.

CAPÍTULO V

Fiscalização de Panchayats

Faculdades para requisitar cópias de actas, etc.,

48. O Secretário-Chefe ou qualquer funcionário autorizado pelo Governador-tenente (referido neste capítulo e no capítulo VI como funcionário autorizado) terá poderes para:

(a) requisitar:

(i) qualquer extracto das actas dum «Panchayat» ou de algum livro, registo, correspondência ou documento na posse ou sob fiscalização de um «Panchayat»;

(ii) qualquer documento, plano, projecto, declaração, conta ou relatório para os fins de inspecção ou exame; e

(b) pedir a um «Panchayat» para tomar em consideração:

- (i) qualquer objecção que pareça ao dito funcionário existir para se fazer qualquer coisa que se pretende fazer ou está sendo feita pelo «Panchayat»; ou
- (ii) qualquer informação que o mesmo funcionário possa prestar, e que lhe pareça ser necessário que seja feita pelo «Panchayat» e mandar-lhe uma resposta escrita, dentro dum razoável prazo, indicando as suas razões para não deixar de fazer as referidas coisas.

49. Se, em qualquer tempo, parecer ao funcionário autorizado que um «Panchayat» deixou propositada e persistentemente de dar cumprimento a algum dever a ele imposto por esta Lei, ele, por escrito, pode fixar um período para o cumprimento daquele dever. Se dentro do período marcado não o for cumprido o funcionário autorizado poderá nomear qualquer pessoa para o cumprir e determinar que as despesas relativas ao cumprimento do dever sejam pagas pelo «Panchayat» culposamente, dentro do período que ele achar adequado.

Falta de cumprimento dos deveres por «Panchayats».

50. (1) Se, na opinião do funcionário autorizado, a execução de qualquer ordem ou deliberação de um «Panchayat» ou a realização de alguma coisa que esteja para ser feita ou esteja sendo feita pelo «Panchayat» ou por conta do mesmo, está a causar ou pode vir a causar prejuízos ou incómodos ao público, ou pode levar à violação da paz, ou é ilegal, o funcionário autorizado poderá suspender por escrito a execução ou proibir a sua realização.

Suspensão de ordem ou de deliberação do «Panchayat».

(2) Quando o funcionário autorizado der uma ordem nos termos do n.º 1.º deverá imediatamente remeter ao «Panchayat» afectado pela ordem uma cópia da mesma juntamente com a declaração das razões para a dar.

(3) O funcionário autorizado deverá imediatamente enviar ao Secretário-Chefe um relatório das circunstâncias em que a ordem foi dada nos termos deste artigo. E o Secretário-Chefe depois de dar conhecimento ao «Panchayat» e após a averiguação que ache necessária, poderá rescindir, modificar ou confirmar a ordem.

51. (1) Cada membro de um «Panchayat» será pessoalmente responsável pela perda, desperdício ou má aplicação de quaisquer dinheiros ou outros bens do «Panchayat», em que ele tenha tomado parte ou que tenham sido causados ou facilitados pela sua má conduta ou propositada falta de zelo no cumprimento do seu dever como membro, equivale à fraude.

Responsabilidade dos membros pela perda ou má aplicação.

(2) Se, depois de dar ao membro respectivo razoável oportunidade para contestar a acusação, o funcionário autorizado se convencer de que a perda, o desperdício ou a má aplicação de quaisquer dinheiros ou outros bens do «Panchayat» é consequência directa da má conduta ou propositada falta de zelo, da parte do mesmo membro, o mesmo funcionário ordenará por escrito ao dito membro para pagar ao «Panchayat» até uma data fixa o montante necessário para o reembolsar por causa da referida perda, desperdício ou má aplicação.

Tal ordem, porém, não será dada no caso de boa fé, irregularidades técnicas ou por erros de um membro.

(3) Se o montante não for pago voluntariamente o funcionário autorizado procederá à sua cobrança como se tratasse de uma dívida de contribuição predial e creditá-la-á ao Fundo do «Panchayat».

(4) Qualquer ordem do funcionário autorizado é susceptível de recurso ao Secretário-Chefe a ser interposto no prazo de 30 dias a contar da data da ordem.

Dissolução do Panchayat.

52. (1) Se no entender do Governador-tenente um «Panchayat»:

- (a) exceder ou abusar dos seus poderes; ou
- (b) for incompetente para exercer, ou propostada e persistentemente deixar de cumprir os deveres que lhe sejam impostos por esta lei ou nos termos dela ou ainda por qualquer outra lei que ao tempo esteja em força; ou
- (c) deixar de lançar os impostos que pode lançar nos termos desta lei; ou
- (d) desobedecer persistentemente a ordem do funcionário autorizado, dada nos termos do n.º 1 do artigo 50.º

O Governador-tenente poderá, por ordem publicada no *Boletim Oficial*, dissolver o «Panchayat» e determinar a sua reconstituição pela forma prevista nesta lei.

(2) Nenhuma ordem será dada nos termos do n.º 1.º sem se dar ao «Panchayat» razoável oportunidade para se explicar.

(3) Se um «Panchayat» vier a ser dissolvido nos termos do n.º 1.º, seguir-se-ão as seguintes consequências:

- (a) todos os membros do «Panchayat» deixarão de ser membros desde a data especificada na ordem;
- (b) Todos os poderes e deveres do «Panchayat», durante o período da dissolução do «Panchayat» serão exercidos e cumpridos pela pessoa ou pessoas que venham a ser nomeadas, para tanto, pelo Governador-tenente.

Questões entre «Panchayats».

53. Se surgir alguma questão entre dois ou mais «Panchayats» será a mesma resolvida pelo Governador-tenente e a sua decisão sobre o assunto será final.

O Governador-tenente pode requisitar.

54. O Governador-tenente pode requisitar e examinar o registo das actas de qualquer funcionário ou actas do «Panchayat» para os fins de verificação da legalidade ou correcção de qualquer ordem dada e poderá rever ou modificar a ordem conforme achar apropriado.

CAPÍTULO VI

Diversos

Poderes para entrar.

55. O funcionário autorizado poderá autorizar qualquer dos seus subordinados a entrar e inspecionar ou mandar entrar e inspecionar qualquer propriedade imobiliária ocupada por qualquer «Panchayat» ou qualquer trabalho em progresso sob a sua direcção.

Proibição da acção contra «Panchayats» etc. e aviso prévio.

56. (1) Nenhuma acção poderá ser tomada contra qualquer membro, funcionário, empregado ou encarregado de um «Panchayat» em relação a qualquer coisa praticada de boa fé nos termos desta Lei ou qualquer regulamento ou preceitos formulados nos termos desta.

(2) Nenhuma acção poderá ser intentada contra qualquer «Panchayat» ou qualquer membro, funcionário, empregado ou encarregado do mesmo «Panchayat» por qualquer acto praticado ou que se pretenda praticar nos termos desta Lei, enquanto não decorram dois meses a seguir ao aviso por escrito deixado ou entregue na sede do «Panchayat» ou encarregado do mesmo «Panchayat», contra quem se pretende intentar a acção. O aviso mencionará a causa da acção, a natureza da decisão desejada, o montante da compensação pedida e o nome e residência da pessoa que pretende intentar a acção.

(3) Todas as acções nestas condições terão de ser intentadas no prazo de seis meses a contar do facto que lhes deu origem, e, não depois.

57. Todo o membro do «Panchayat» e todo o funcionário e empregado mantido ou colocado sob as ordens de um «Panchayat» deverá ser considerado funcionário público, na acepção das disposições da lei relativa à acção disciplinar vigente no território de União de Goa, Damão e Diu.

Membros, etc. do «Panchayat» são funcionários públicos.

58. Nenhum membro do «Panchayat» ou nenhum outro funcionário que tenha alguma obrigação a cumprir no tocante a qualquer arrematação a realizar nos termos desta Lei, poderá directa ou indirectamente licitar ou adquirir qualquer interesse em qualquer propriedade que seja vendida na mesma arrematação.

Proibição aos membros de tomarem parte nas vendas.

59. O Governador-tenente, mediante portaria e sujeito a restrições e condições nela especificadas, poderá autorizar o Secretário-Chefe ou outro funcionário subordinado do Governador-tenente, a exercer em relação aos «Panchayats» quaisquer dos poderes que possam ser exercidos pelo Governador-tenente nos termos desta Lei, excepto o poder de regulamentar nos termos dos artigos 65.º e 66.º

Delegação dos poderes.

60. Qualquer oficial da Polícia dará imediata informação ao «Panchayat» de qualquer infracção, de que tenha conhecimento, praticada contra os preceitos desta Lei ou contra qualquer regulamento elaborado nos termos dela, e deverá auxiliar todos os membros e empregados do «Panchayat» no exercício da sua autoridade legal.

Poderes e deveres da Polícia em relação as infracções e auxílio aos «Panchayats».

61. Cada «Panchayat» classificará e manterá o seu arquivo na maneira que venha a ser prescrito.

Classificação e conservação do arquivo.

62. Cada «Panchayat», a pedido de qualquer pessoa interessada, deverá permitir o exame do seu arquivo e passar as certidões do que dele constar mediante pagamento dos emolumentos marcados.

Inspeção e cópia de arquivo.

63. Os preceitos desta Lei produzirão efeito não obstante qualquer oposição com as disposições contidas em qualquer outra lei em vigor no território de União de Goa, Damão e Diu.

Efeitos de outras leis.

64. Se surgir qualquer dificuldade na execução de qualquer preceito desta Lei, o Governador-tenente poderá, mediante ordem, determinar as medidas que lhe pareçam necessárias ou convenientes para remover a dificuldade.

Remoção de dificuldades.

65. (1) O Governador-tenente poderá, mediante portaria, fazer regulamento para a execução dos objectivos desta Lei.

Poderes para formular regras.

(2) Em especial, e, sem prejuízo da generalidade do poder acima referido, tais regras podem providenciar sobre:

- (a) as reuniões da «Gram Sabha» e o aviso para a sua convocação;
- (b) a preparação e publicação dos recenseamentos eleitorais e a forma das eleições para o «Panchayat»;
- (c) O modelo da reclamação contra as eleições e o processo a seguir no tocante ao apuramento das disputas eleitorais;
- (d) O processo a seguir nas sessões de «Panchayat» e as formalidades para apresentar resoluções e fazer interpelações nas reuniões de «Panchayat».
- (e) a nomeação, os poderes, os deveres e as condições do serviço do Secretário e de outros funcionários e empregados de um «Panchayat»;
- (f) a nomeação de comissões e os seus poderes e funções;
- (g) O modelo dos avisos a serem expedidos e a maneira de eles serem notificados;
- (h) a organização do corpo de voluntários aldeano e os emolumentos que possam ser cobrados pelos serviços de vigia e guarda;
- (i) a maneira de fazer inquéritos;
- (j) a maneira de interpor recursos e a forma de julgar os mesmos;
- (k) o depósito e investimento do Fundo de «Panchayat»;
- (l) a imposição e lançamento dos impostos e a cobrança dos impostos, emolumentos e outras dívidas;
- (m) o modelo dos avisos para pagamento e a maneira da sua notificação;
- (n) o modelo da manutenção das contas por «Panchayat» e do projecto do orçamento anual;
- (o) a maneira do julgamento das contas do «Panchayat»;
- (p) os emolumentos a serem arrecadados por «Panchayats» pela passagem de certidões de documentos e o processo a seguir na passagem das mesmas;
- (q) qualquer outro assunto que tem de ser ou pode vir a ser prescrito.

Poder de expedir instruções.

66. (1) Sujeito aos preceitos desta Lei e às regras formuladas nos termos da mesma, o Governador-tenente poderá expedir instruções para:

- (a) proibir que a água que possa ser prejudicial à saúde seja removida ou utilizada para beber;
- (b) proibir ou regular o desembocar da água de qualquer cano ou prédio numa estrada pública ou num rio, alagoa, tanque, poço, ou qualquer outro lugar;
- (c) evitar prejuízos a estradas públicas;
- (d) regular a sanidade, profilaxia e esgoto na área do «Panchayat»;
- (e) proibir ou regular o uso de estradas públicas ou outros lugares públicos pelos comerciantes com estabelecimento;
- (f) regular a forma como serão mantidos e usados os tanques, alagoas, esgotos, terras de pastagem, campos de jogos, estrumeiras, terras para dar destino a animais mortos e banheários; e
- (g) regular quaisquer outras obrigações ou funções de um «Panchayat».

(2) Quaisquer instruções expedidas nos termos do n.º 1.º podem determinar que uma transgressão das mesmas seja punida com multa que pode ir até dez rupias, e, no caso de uma transgressão continuada, com multa que pode ir até rupias duas por cada dia em que a transgressão continuar.

67. A portaria n.º 7373 datada de 23-7-1959 e qualquer outra lei em vigor imediatamente antes do início desta Lei no território de União de Goa, Damão e Diu versando sobre a matéria desta Lei, considerar-se-ão revogadas a partir do mesmo início, salvo os actos praticados ou deixados de praticar nos termos dessas Leis. Revogação.

68. Tudo o que tiver sido praticado e todos os passos que tiverem sido dados antes do início desta Lei, no sentido de facilitar a preparação provisória de recenseamentos eleitorais para os fins de eleições de «Panchayats» no território de União de Goa, Damão e Diu serão, na medida em que eles estejam de acordo com os preceitos desta Lei — considerados como tendo sido praticados ou dados nos termos desta Lei, como se ela estivesse em vigor quando os ditos actos foram praticados ou os passos foram dados. Revalidação dos actos praticados antes do começo desta Lei.

Primeira «Lista»

Modelo de juramento

(vide artigo 22.º)

Eu, tendo sido eleito membro de «Panchayat» juro em nome de Deus/juro por minha honra que serei verdadeiramente fiel e obediente à Constituição da Índia, tal como se acha estabelecida pela lei e que obrigo-me a desempenhar as funções do meu cargo, devida e fielmente, segundo o melhor das minhas habilidades, conhecimento e discernimento, sem medo ou favor ou afeição ou má vontade a quem quer.

Segunda «Lista»

Assuntos da jurisdição dos «Panchayats»

(vide artigo 31.º)

I — Sanidade e Saúde Pública

1. Sanidade e profilaxia;
2. Remoção de lixo e conservação da área do «Panchayat» em condição asseada;
3. Fornecimento de água para uso doméstico;
4. Construção de hospitais e dispensários;
5. Maternidade e bem-estar de crianças;
6. Estabelecimento de instituições de saúde para crianças pobres;
7. Planeamento de família;
8. Reserva, manutenção e regulamentação de crematórios e cemitérios;
9. Regulamentação por licença ou de outro modo de estabelecimentos de chá, café e leite e outros estabelecimentos onde se servem os comestíveis;
10. Construção e manutenção de latrinas públicas;
11. Regulamentar, reprimir e cessar negócio ou práticas ofensivas ou perigosas.

II — Obras Públicas

1. Construção, reparação e manutenção de estradas, esgotos, pontes, etc. da aldeia;

2. Iluminação da aldeia e plantação de árvores;
3. Estabelecimento e manutenção de mercados, matadouros e outras obras de utilidade pública;
4. Estabelecimento, manutenção e regulamentação de feiras;
5. Construção e fiscalização das praças de tonga e carros, dos sítios de banho e lavagem na margem de rios e lugares de coima;
6. Extensão da povoação da aldeia e a regulamentação de edificações e de planos de casas de acordo com os princípios que forem prescritos.

III — Planeamento e Fomento

1. Preparação e execução de planos para o fomento da aldeia, incluindo o desenvolvimento de agricultura, pecuária, pescarias, indústrias e cooperativas aldeanas, e especialmente:

- (a) produção e distribuição de semente melhorada, adubo e fertilizadores;
- (b) promover o uso de melhores utensílios agrícolas e torná-los facilmente acessíveis;
- (c) pequena irrigação, construção e manutenção de canais de campo, irrigação por sistema de cegonha, abertura de poços e tanques, etc.;
- (d) plantação, conservação e melhoramento de florestas, pastagens e pomares;
- (e) melhoramento de gado e de sua espécie e cuidado geral de animais domésticos;
- (f) prover quanto à organização, administração e desenvolvimento de indústrias caseiras e em pequena escala, especialmente na base de cooperativas;
- (g) promoção de cooperativas agrícolas.

IV — Administração

1. Administração de propriedades comum;
2. Registo de nascimentos, óbitos e casamentos de modo e forma que forem prescritos;
3. Numeração de casas.
4. Organização, manutenção e conservação do arquivo.

V — Bem-estar social

1. Alívio aos aleijados e desamparados;
2. Construção de casas de rendas económicas para famílias com rendimentos anuais inferiores a mil rupias;
3. Medidas preventivas e de socorro em tempos de calamidade pública;
4. Promoção de bem-estar moral e social e encorajamento e assistência a organizações voluntárias e outras agências que se ocupam de tais actividades.

VI — Educação e Cultura

1. Promoção de instrução primária e assistência para o melhoramento de escolas primárias;
2. Estabelecimento e manutenção de parques, clubes, *akhadas*, e outros lugares de recreio para os habitantes da aldeia, incluindo mulheres e crianças;
3. Estabelecimento e manutenção de bibliotecas e salas de leitura.

S. RADHAKRISHNAN,
Presidente

R. C. S. SARKAR,
Secy. to the Govt. of India.